

CURSO PARA A FORMAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE

Módulo 1 - Universidade e mudança social: O que é sociedade?

Aula 2 – Universidade e sociedade

A canção “Morro Velho”, de Milton Nascimento, cujos versos abaixo transcrevemos, expressa de modo poético as experiências da desigualdade social na vida de cada um de nós, nas cidades e no campo, desde muito tempo.

Morro Velho

Milton Nascimento

(assista e ouça a canção na interpretação do próprio Milton Nascimento
<https://www.youtube.com/watch?v=9Uk-aHeSbSk>)

*No sertão da minha terra, fazenda é o camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força, parece até que tudo aquilo ali é seu
Só poder sentar no morro e ver tudo verdinho, lindo a crescer
Orgulhoso camarada, de viola em vez de enxada.*

*Filho do branco e do preto, correndo pela estrada atrás de passarinho
Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos, sempre pequeninos
Peixe bom dá no riacho de água tão limpinha, dá pro fundo ver
Orgulhoso camarada, conta histórias prá moçada*

*Filho do senhor vai embora, tempo de estudos na cidade grande
Parte, tem os olhos tristes, deixando o companheiro na estação distante
Não esqueça, amigo, eu vou voltar, some longe o trenzinho ao deus-dará
Quando volta já é outro, trouxe até sinhá mocinha prá apresentar
Linda como a luz da lua que em lugar nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada, já não brinca, mas trabalha.*

Esta experiência emocional é espontânea, não refletida e, portanto, acrítica. Assumir que a nossa vida tem uma dimensão que limita nossa liberdade parece contrariar os sentidos sociais difundidos nas relações familiares, de amizade, de trabalho, na política, na justiça e pelos meios de comunicação de massa (“mídia”) de que tudo depende, a rigor, de nós mesmos como indivíduos.

Como então interpretar a desigualdade que reconhecemos existir e se expressa no fato de que se alguns têm acesso à escolarização integral, até o nível superior, outros não têm?

Examinemos um estudo social no qual se analisa o problema apontado. Trata-se do artigo *Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam?* de Sheila Lachtim e Cássia Soares [1].

O estudo realizado na cidade de Santo André, localizada na região metropolitana de São Paulo, tomou como base o *Mapa das Juventudes de Santo André* [2] que dividiu o município em quatro regiões sócio-econômicas, a saber: central, quase central, quase periférica e periférica, nas quais a estratificação social distingue os de maior e menor renda, fazendo ou não faculdade, etc. Assim, 86 jovens entre 20 e 24 anos moradores destas regiões foram entrevistados em 2011, para saber qual o valor atribuído ao trabalho e quais suas expectativas de futuro.

Sabemos que os planos de futuro dos jovens tem a ver com a inserção no mundo dos adultos e, para a quase totalidade, tem o trabalho como objeto de preocupação. Sobreviver com autonomia e constituir família dependem da inserção no mercado de trabalho. Contudo, os jovens tem perspectivas diferentes quanto ao futuro. Intuitivamente “escolhem” as possibilidades de acordo com suas condições: os que vivem em famílias da região central formulam projetos de vida individual e consideram que a formação universitária propicia melhores chances no mercado de trabalho. Como assinalado no texto das autoras, esse jovens beneficiaram-se da “moratória social” graças à qual usufruem maior tempo na casa dos pais, não se vêem obrigados a trabalhar e tem maior liberdade de escolha. Para a maioria dos jovens das regiões periféricas, em contrapartida, sonhar em frequentar e obter um diploma universitário, ainda mais em universidade pública, dificilmente é realizável e eles próprios se dão conta disto ao ter de ingressar prematuramente no mercado de trabalho, enfrentando o estudo que requer leituras prévias e comumente debates abstratos após jornadas de trabalho exaustivas.

Estamos a falar aqui de “escolarização” que é um processo institucionalizado de sistematização e de ensinamento e aprendizagem dos saberes existentes para a formação de tipos de sujeitos, de acordo, como escreve Carlos Rodrigues Brandão em *O que é Educação?* [3] as necessidades e exigências da sociedade, em um momento de seu desenvolvimento. A escola, desde o nível fundamental, passando pelo médio até o superior, está atenta à formação da personalidade e da cidadania dos estudantes, ao lado de prepará-los para o trabalho, mediante a criação de postos de trabalho com qualificações diversas indispensáveis ao desenvolvimento das empresas e do aparato de Estado. É deste modo que as instituições escolares foram

[1] LACHTIM, Sheila Aparecida Ferreira; SOARES, Cássia Baldini. Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam?. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 277-294, Out. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200007&lng=en&nrm=iso

[2] YONEKURA, Tatiana et al. Mapa das juventudes de Santo André, SP: instrumento de leitura das desigualdades sociais. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 45-52, fev. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000100005&lng=en&nrm=iso

[3] BRANDÃO, Carlo Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros passos), 2007. Disponível em <http://www.iesp-rn.com.br/ftpiesp/Disciplinas%20PROISEP/M%F3dulo%202/4-Pr%E1tica%20da%20Forma%E7%E3o%20Pedag%F3gica%20I%20-%20Educa%E7%E3o%20e%20Realidade%20Escolar/Leitura%20Complementar%20-%20O%20que%20%E9%20Educa%E7%E3o.pdf>

organizadas (e reformadas) acabam por corresponder à situação de desigualdade social vigente na sociedade. O problema de fundo é, portanto, a natureza da sociedade em que vivemos.

A escolarização progressiva em nosso país é o resultado de um processo histórico no decurso do qual as necessidades do desenvolvimento econômico do capitalismo foram acompanhadas da luta pelo direito ao ensino público e gratuito.

Esse caráter público da escolarização obrigatória até o segundo grau ou ensino médio no Brasil serve de uma espécie de biombo que oculta a realidade de que a maioria entra nas escolas públicas mas uma parte ainda restrita consegue terminar o ensino médio. A universidade, como afirmamos, está fora do alcance da maioria das classes trabalhadoras.

Por outro lado, como afirma Carlos Rodrigues Brandão na obra citada, as escolas profissionalizantes – escolas técnicas públicas e privadas – nada mais fazem do que reproduzir, no ensino médio, a divisão entre “o aprender-na-oficina para o trabalho subalterno e o aprender-na-escola para o trabalho dominante” (p. 90).

Mas esta divisão também afeta historicamente o ensino superior, na divisão entre faculdades ou cursos de graduação universitária com maior ou menor “prestígio social”, a exemplo de Medicina, Engenharia e Direito, por um lado, e Enfermagem, Pedagogia e Serviço Social de outro. Apesar do caráter público, gratuito e laico das universidades federais e estaduais, a estratificação social de acesso se expressa por meio do nível de preparação para ingresso e de renda das famílias capazes de sustentar um longo período de estudo. Vale aqui a “moratória social” acima comentada.

Esta forma tradicional em que se divide socialmente o trabalho a partir da formação profissional universitária – denominada por Marilena Chauí de instituição social – tem sua exclusividade sido posta em questão a partir do final do século XX. O sistema de educação exigido pela fase do desenvolvimento capitalista atual requer, ao lado da universidade tradicional, uma universidade prestadora de serviços. Como afirma a filósofa em *A universidade pública sob nova perspectiva* [4]: *Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos.* (p. 7)

[4] CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso